

Implicações clínicas da matriz estruturalista

Davi G. F. Pinotti

Aluno da graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina.

Email: davipinotti@gmail.com

Resumo

O movimento que se pretende é, partindo das primeiras concepções de estrutura como método de investigação para o ideário romântico, passar pela *virada linguística* da filosofia em meados do século XX e desembocar na ultrapassagem pós-moderna da tentativa de superação do sujeito compreendido anteriormente como barreira à objetividade. A partir da estrutura enquanto estrutura *linguística*, torna-se possível discutir, através de vinhetas clínicas, o estatuto da verdade presente no âmago da querela diagnóstica na clínica contemporânea. Supor que a psicologia tem a verdade daquilo que causa o paciente acarreta em desdobramentos múltiplos, a começar pela ignorância por parte dela própria sobre as dinâmicas de poder implicadas pela inexistência de uma *visão* exterior à estrutura.

“Estrutura é a da linguagem”

— Eidelsztein (2010, p. 127)

Introdução

Dialogando com as obras de Luís Claudio Figueiredo (2014; 2015) e no intuito de evitar o ecletismo ou o dogmatismo — ambos limitadores da experiência compreendida num "deixar vir sobre nós, para que nos atinja, nos caia em cima, nos transforme e nos faça outro" (Heidegger como citado em Figueiredo, 2015, pp. 19-20) — é necessário um movimento de ir e vir entre a) o investimento na produção do conhecimento, partindo dos aparatos conceituais disponíveis e b) a reflexão, cujo nome já diz muito: torcer novamente, dar mais uma volta no parafuso até extrair as últimas consequências de algo. Aí reside a radicalidade necessária para se dizer algo sobre o sujeito, a convocação de tornar prática em práxis, de dialetizar o ofício da psicologia por meio do conflito gerativo entre teoria e prática. A reflexão tem essa tarefa, a saber, de fazer furo no discurso estabelecido — na estrutura, pode-se dizer de antemão — para que o novo possa emergir depois da destruição dos pressupostos ideais que antes apenas serviam para preencher o impossível, abrindo espaço para a manifestação da negatividade como tal a partir de uma releitura pós-moderna.

Para isso é necessário um método. O estruturalismo nasce inserido na problemática de discriminar o verdadeiro do falso no âmbito das ciências morais, inaugurando uma rigorosidade ao submeter à investigação imanente as totalidades simbólicas. Analisar na imanência é evitar

mobilizar recursos que não provenham da própria estrutura para investigá-la, utilizando em vez disso a interação entre os elementos que a compõem em alguns níveis, como os apontados por Foucault (1992, p. 148): “forma dos elementos, quantidade desses elementos, maneira como eles se distribuem no espaço uns em relação aos outros, [e] grandeza relativa de cada um”. Mas principalmente, essas quatro categorias de análise estrutural diziam respeito tanto às proposições realizadas quanto às suas articulações, inserindo deste modo na linguagem um visível filtrado; daí a aproximação entre estética e ética. O estruturalismo pretendia então dar suporte metodológico aos ideários românticos de investigação do organismo como sítio de forças em luta umas contra as outras, onde num movimento dialético o patológico não seria mais algo a ser eliminado por prejudicar o funcionamento ótimo e complementar entre partes, mas antes o “*pathos* [que] remonta a *páskhein*, sofrer, agüentar, suportar, tolerar, deixar-se levar por, deixar-se convocar por” (Heidegger como citado em Martins, 1999, p. 68). Começa então a se delinear um traço de escuta e intervenção clínica. Desde o cientificismo romântico até o pós-estruturalismo contemporâneo, pretende-se situar as influências da matriz estruturalista no pensamento psicológico como hoje o conhecemos e suas contribuições à querela dos diagnósticos, tomada como recorte.

O legado dos estruturalismos

Resumindo, romantismo é antes estética do que epistemologia, uma estética anti-funcionalista por excelência que recusa um organismo cujas partes obedeceriam a uma função natural desejável; mas que ao mesmo tempo, na tentativa de aproximar as ciências morais das naturais em termos metodológicos, adota o estruturalismo com vestes positivistas sob a mesma pretensão das ciências naturais: a neutralização do sujeito, a filtragem do olhar e sua fiel transposição à linguagem, com exceção daquilo que seria *inútil* à comparação, como a cor (Foucault, 1992). Apesar da diferença no conceito de natureza quanto ao objeto — o funcionalismo diz do desviante como algo a ser restaurado para que a verdadeira função de um afeto por exemplo, retorne ao seu estado natural, enquanto o estruturalismo romântico o diz como algo de subjacência que jorra a despeito da vontade, e nesse desvio da função jaz a verdade da natureza do sujeito —, acontece nos primórdios do estruturalismo uma dessubjetivação fundamental proporcionada pelas propriedades inerentes ao método analítico, superando posteriormente a herança romântica nesse aspecto (Figueiredo, 2014). A linguística, de acordo com o notório antropólogo estruturalista do século XX Claude Lévi-Strauss,

não é uma ciência social como as outras, mas a que, de há muito, realizou os maiores progressos: a única, sem dúvida, que pode reivindicar o nome de ciência e que chegou, ao

mesmo tempo, a elaborar um método *positivo* e a conhecer a natureza dos fatos submetidos à sua análise [grifo meu]” (Lévi-Strauss, 1975, p. 45).

Desde o início, apesar disso, uma diferença que se instaura em relação às ciências naturais é a persistência das noções de *sistema simbólico* e *significado*. Os linguistas Ferdinand de Saussure, seu discípulo Roman Jakobson e o antropólogo Lévi-Strauss são os grandes precursores do conceito de estrutura como hoje o conhecemos, nomes dos estruturalismos modernos e operadores da chamada *virada linguística* da filosofia do século XX, levada a cabo pelo pós-estruturalismo de Michel Foucault, Jacques Derrida, Georges Bataille e Jacques Lacan. Este último nos pede para que “não esqueçamos que a própria noção de estrutura é pedida emprestada à linguagem” (Lacan, 1988, p. 292). Saussure insere a diferenciação entre fala e língua, sendo esta última uma estrutura a ser considerada em suas relações formais entre os próprios elementos, não nas suas propriedades físicas ou fisiológicas de comunicação. A língua seria então uma entidade sistemática que depende dos valores diferenciais entre os signos, ou seja, além de estarem relacionados de maneira formal, os elementos da língua constituem arbitrariamente suas dívidas para com um significado aparentemente não dedutível da experiência.

Assim, a relação entre o significante árvore e o significado que ele invoca é arbitrária; tanto o é que no inglês o significante é outro. Para tentar exemplificar, é possível pensar na criação de uma nova língua. Para isso, aponta-se para algo que chamaríamos de árvore e se diz “x”, mas a que estaria-se nomeando? É a folha, a casca, a seiva, a cor, o tronco ou a árvore como um todo? Talvez “x” se refira a todas as plantas ou à natureza como uma totalidade. Sem uma resposta a priori, “x” só tem valor de signo quando posto em oposição aos demais signos de uma língua, fato que prescreve à análise estrutural a importância do conflito, da diferença, da não-unidade e da não-complementaridade (Derrida, 1973). A partir daí, a metodologia estruturalista encontra seus caminhos para além da semiologia, adentro pelas demais ciências humanas: a antropologia de Lévi-Strauss, mas também a psicologia, com traços que remontam à psicologia da *gestalt*, por vezes traduzida inclusive por psicologia da estrutura (Figueiredo & Santi, 2002).

Daí, considerar a instância simbólica em suas relações arbitrárias entre significante e significado introduz um corte fundamental que desnaturaliza a prévia conexão íntima e verdadeira entre as palavras e as coisas. Antes da revisão do método estrutural em meados do século XX, o olhar seria privilegiado como modo de aceder à natureza, mas de uma maneira bastante particular; nos diz Foucault que “a história natural não é nada mais que a nomeação do

visível” (Foucault, 1992, p. 146). A estrutura emerge então enquanto forma de classificar os restos da observação. Assim, “a estrutura é essa designação do visível que, por uma espécie de triagem pré-linguística, permite a ele transcrever-se na linguagem” (Foucault, 1992, p. 152).

O gesto do resgate

Herdeiro desse debate, o que Lacan pretende neste contexto é: a) partindo da análise estrutural que Lévi-Strauss articula do inconsciente freudiano, b) passar pela interpretação de Hegel realizada pelo filósofo Alexandre Kojève e, no final desse percurso, c) reintroduzir na análise estrutural o sujeito e o desejo renegados pelo estruturalismo pós-romântico, donde o axioma do inconsciente estruturado como uma linguagem (Simanke, 2002). O desejo vem como perfurante da estrutura, paradoxalmente introduz uma falta que diz respeito à condição humana de ser na linguagem, que pode ser resumida assim, com um exemplo.

Quando uma pessoa chega à clínica, é pressuposto na perspectiva estruturalista que há sujeito, pois há representação e posição na linguagem, logo há presentificação de algo que não está, então há falta, resultando que há desejo, pois só se deseja o que não se tem. Não há sujeito nem aqui nem ali, mas *entre*. O destino desse desejo é o que configura a clínica. Se é impossível dizer tudo sobre o que se deseja, se a transcrição na linguagem nunca é completa, uma pessoa que venha à psicoterapia com a pretensão de elucidar plenamente suas questões biográficas, ou com o objetivo de um pleno autoconhecimento, irá se deparar com uma barreira que acima de tudo a reconhece como sujeito incompleto; a palavra em certo ponto escapa, e ali há de se intervir. Não para dar nome, ou seja, não para preencher de significação as lacunas biográficas, mas para que se note a condição humana essencialmente cindida, onde não ter o que se deseja não se reporta a um *ainda-não-ter* que incorreria na ideologia capitalista.

E é exatamente a escuta da exclusão contemporânea do sujeito o que configura a demanda imposta à clínica psicológica pela cultura: o resgate do sujeito em sua verdade. Àquele que Foucault aponta como filtrado, ao dejetado renegado pelo positivismo, é a quem a psicologia clínica contemporânea tem a missão de escutar, pois o olhar psicológico caracteriza-se pelo “projeto de desvendar exatamente o avesso do sujeito supostamente pleno” (Figueiredo, 2015, p. 39). Para isso, faz-se necessário situar essa verdade do sujeito bem longe daquilo que se entenderia como essência. Não é que a natureza humana tenha algo de intrínseco que tenha sido perdido na cultura e precise ser reavivado; ao contrário, é a cultura enquanto estrutura simbólica e portanto, linguística, que atravessa o sujeito que nela constitui sua verdade, sempre na relação com aquele outro que nomeia sua demanda. Adotar essa perspectiva tem consequências clínicas

importantes durante a crise dos modos contemporâneos de subjetivação, a começar pela querela dos diagnósticos.

A questão é: considerar o *indivíduo* coeso, uno e monádico ou o *sujeito* transindividual, do *pathos* “como uma disposição originária do sujeito que está na base do que é próprio do humano [?]” (Martins, 1999, p. 66). Se o diagnóstico é estrutural, pretende implicar no processo de sua elaboração a posição imposta ao profissional pelo paciente na relação terapêutica, ou seja, de onde se ouve a intervenção do psicólogo. É do lugar de um pai autoritário, de uma mãe tirânica ou de um filho solícito? Vemos então uma consequência direta das dinâmicas de saber/poder presentes por todo o tecido simbólico quando falamos em diagnóstico estrutural, pois não há metaestrutura: sempre há uma posição ocupada pelo sujeito nesse jogo e ela sempre será subjacente e transversal ao fenômeno.

Uma tradução para a cena clínica

Chega então uma pessoa à clínica, e ainda antes de sentar-se logo dispara: “doutor, não consigo trabalhar por conta da insônia, acho que sou hiperativo”. Por que? “Já fiz várias consultas e me disseram isso no cotidiano tantas vezes que perdi as contas, tomei medicações fortes e de nada adiantou, *você* pode me ajudar?”. Se a encomenda é por ajuda quanto ao apaziguamento do sintoma, a demanda guarda algo de subjacência, algo do legado funcionalista para o discurso comum: “que esse elemento estranho seja eliminado de vez, já que ele não diz nada de mim, e pior ainda, ameaça minha natureza normal anterior a ele!”. Com surpreendente verossimilhança, a vinheta clínica hipotética dá a deixa para um leque de possíveis intervenções: a) “Com certeza, faremos uma avaliação psicológica, analisarei os resultados e logo saberemos qual o problema e poderemos acertar a medicação com seu psiquiatra” ou b) “Ainda não, *diga-me* tudo o que vier à mente”. Dentre as mais diversas extrações possíveis da vinheta — poder biomédico, lugar de saber ocupado pelo psicólogo, ausência de escuta clínica etc —, o mais evidente é o seguinte contraste; enquanto a primeira resposta marca a imediatez à qual prestará contas o resultado da bateria de testes psicológicos aplicada, a segunda situa a intervenção no âmbito reflexivo do “ainda não, mas talvez”, através da mediação discursiva, algo possa emergir a partir dessa queixa nomeada insônia que lance o sujeito para a posição de construir algo acerca dos atravessamentos de seu desejo, mas não com enfoque responsabilizante, porque “a demanda de análise supõe alguém que crê que o problema está nele e, conseqüentemente, um enfoque responsabilizante será mais neurotizante” (Eidelsztein, 2010, p. 130).

A psicologia poderia, por outro lado, optar por não considerar a inserção na linguagem nem o axioma da inexistência de metalinguagem cujas consequências éticas implicam o próprio clínico no processo de pesquisa e intervenção. Pode-se contar com a estatística para que isso seja possível, numa tentativa de acesso quase imediato a uma suposta realidade completamente inteligível e ilimitada, onde a experiência subjetiva não tem lugar pois apenas serve de bloqueio e intercorrência na objetividade almejada, como ilustra Foucault (1994). Quase, porque no uso da estatística algo sobra de incerteza, justamente o necessário para que a margem de ideologia que motivou em primeiro lugar esse uso possa ser inserida.

Não é o médico quem faz intervenções com uma resposta padronizada e protocolar, mas é o sujeito que se questiona sobre as relações do sintoma com sua biografia, as tensões sociais e suas concepções de si. Quem determina o percurso possível do sujeito na intervenção *a*? Seria o paciente, o clínico ou a ideologia apenas objetiva o suficiente para que fique *quase* claro que a finalidade do tratamento é restituir o mais rápido possível a função social do trabalho, ou controlar as idas e vindas às instituições, por exemplo? Implicar ou não o lugar de poder e seus efeitos de dominação ocupado pela psicologia num caso como esses pode acarretar na diferença entre a cumplicidade com a privatização da subjetividade e a sua subversão. A pergunta é, o que esse sujeito quer dizer a tal lugar de suposto saber quando diz que tem insônia? Que espere-se dele não tê-la, mas essa indefinição de quem espera elide justamente o agente da demanda, atravessamento estrutural que manifesta-se no sintoma.

À guisa de conclusão

O diagnóstico estrutural pretende com isso mais situar a significação realizada pelo sujeito inserido na trama simbólica em suas gramáticas de reconhecimento e exclusão — racista, homofóbica, transfóbica e patriarcal em seus aspectos estruturantes da subjetividade —, ou a falha nesse processo, do que indicar sua manifestação nos fenômenos quaisquer. Mais ainda, concebe a questão do diagnóstico diferencial como uma configuração fundamental do laço entre paciente e terapeuta a partir do momento que há inserção no sistema simbólico de maneiras distintas, implicando em formas também distintas de manejar a negatividade fundamental quando em presença de alguém que faça a função de atualizá-la. Isso não implica, por meio do dizer sobre a universalidade do negativo que é característica da própria condição humana enquanto ser de linguagem — como necessidade de representação de um não-estar —, que não se possa soltar amarras instituídas pelo discurso hegemônico em torno dos ideais positivados, lançando com isso o sujeito a uma nova possibilidade de existência. A estrutura é

uma categoria necessária na medida em que torna possível, elucidando-a, sua própria transgressão.

Para a psicologia, fica então evidente a insuficiência da escuta a partir da diferenciação entre demanda subjacente e encomenda explícita. É preciso ir além e efetuar aquilo que Eidelsztein (2010) nomeia *leitura da escuta* de acordo com o aparato *práxico* disponível, uma leitura crítica que seja capaz de elucidar as transversalidades da relação terapêutica a fim de compor um novo que ponha em xeque os ideais instituídos, tidos como naturais. Vale dar voz a um texto que nos convoca:

*Nós vos pedimos com insistência
não digam nunca:
isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que reina a confusão
em que corre o sangue
em que o arbitrário tem força de lei,
em que a humanidade se desumaniza
não digam nunca:
isso é natural
Para que nada possa ser imutável.*

— Bertold Brecht

Referências

- Betz, I. (2010). O pensamento estrutural: um modo de interpretar o mundo. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n. 38, pp. 133-144.
- Brecht, B. (2000). *Poemas 1913-1956*. São Paulo: SP. Editora 34.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, DF: (n.d.).
- Derrida, J. (1973). Linguística e Gramatologia In. *Gramatologia*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Eidelsztein, A. (2010). Estrutura é a da linguagem. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n. 38, pp. 126-132.
- Figueiredo, L. C. & Santi, P. L. R. (2002). *Psicologia, uma (nova) introdução; uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo, SP: EDUC.
- Figueiredo, L. C. (2014). *Matrizes do pensamento psicológico (20a ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figueiredo, L. C. (2015). *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos (8a ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1994). *O Nascimento da clínica (3a ed.)*. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária.

- Foucault, M. (1992). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas (6a ed.)*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Lacan, J. (1988) *O seminário: livro III. As psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lévi-Strauss, C. (1975). *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- Martins, F. (1999). O que é pathos? *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 2(4), 62-80.
- Safatle, V. (2020). *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Simanke, R. H. (2002). *Metapsicologia lacaniana: os anos de formação*. Curitiba, PR: Editora UFPR.
- Heidegger, M. (1989). Que é isto – a filosofia? In. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo, SP: Nova Cultural.